

Solidariedade e cooperação na avaliação da pós-graduação

A pós-graduação e sua avaliação pela Capes sempre foram entendidas pelo viés mais competitivo do que cooperativo. Há uma metáfora que usamos, a da olimpíada, na qual a cada edição se exige mais dos competidores: o sarrafo, na prova de salto, está sempre subindo. Como o mesmo vale na produção científica, é natural que as exigências constantemente cresçam – e que um curso que estaria bem situado na sua nota, seja ela 3 ou 7, se não tiver o cuidado de se atualizar, de aumentar sua qualidade, de produzir mais, corre o risco de perder o conceito em um ou dois triênios.

Além disso, como a avaliação é forçosamente comparativa, o momento da Avaliação Trienal causa um certo nervosismo, pelo qual as áreas – e no interior delas os programas – se comparam e se defrontam. Portanto, o elemento competitivo existe e faz parte do sistema, que procura gerar uma classificação hierárquica que tem vários efeitos positivos: 1) estimula o melhor desempenho, mediante uma avaliação externa; 2) atribui maior autonomia na gestão e obtenção de recursos aos programas que estão se saindo melhor no seu desempenho; 3) orienta os candidatos a procurar os melhores cursos.

Contudo, a atual Diretoria se mostrou sensível a uma preocupação que *equilibra* a competição. Na verdade, são duas preocupações importantes e que de algum modo convergem. A primeira, de que já tratamos, consiste em entender que a avaliação, sendo de cursos de pós-graduação (PG), deve levar mais em conta a formação de recursos humanos altamente qualificados, equilibrando assim o critério, que continua fundamental, da produção científica de qualidade. A segunda é que o elemento competitivo deve ser moderado por um incentivo à cooperação.

O item cooperação

No quesito Corpo Docente, da ficha de avaliação, há um item que trata da cooperação. Com ele, se pretende valorizar tanto o programa mais qualificado que ajuda um iniciante ou que enfrenta mais dificuldades – quanto, também, este último, sempre que ele, reconhecendo suas limitações, procurar a melhor parceria para sanar suas dificuldades e expressar suas potencialidades. Portanto, o item cooperação vale para os dois lados.

O item solidariedade

No quesito relativo às exigências para cursos 6 e 7, está estipulada a questão da solidariedade. Já no corrente ano de 2007, estamos levando em conta – ainda moderadamente – se o curso proposto para essas notas máximas manifesta solidariedade em relação a cursos de nota 3, ou eventualmente 4, de preferência situados em regiões geográficas menos desenvolvidas e que

pertençam à mesma área ou a uma área do conhecimento afim ou que se beneficie do aporte do curso mais desenvolvido.

Será preciso, no próximo triênio, desenvolver as ferramentas que permitam mensurar a solidariedade. Os instrumentos para praticá-la existem: [Procad](#), [PQI](#), casadinho, associações, [Minter's](#), [Dinter's](#). Também o recebimento de alunos de outras regiões para o doutorado pode ser levado em conta. Contudo, o importante é que essa solidariedade se inscreva numa política do programa, se possível fortalecido pela área do conhecimento e/ou pelas IES's envolvidas. É totalmente diferente o rendimento de uma ação de solidariedade conforme esta é apenas pontual (o que provavelmente **não** será valorizado na Avaliação) ou atende a uma estratégia de fortalecimento de área do conhecimento e/ou região geográfica.

Também será preciso definir o que entendemos por regiões geográficas menos desenvolvidas. Até o presente momento, a Capes tem lidado muito com a noção de estado. Temos dados sobre os programas por estado, e indicamos em nosso sítio quais estados contam com programas em que áreas e com que nota. Contudo, dos 27 estados mais o Distrito Federal, podemos dizer que cinco dos primeiros têm uma distribuição razoável da pós-graduação em seu território – bem como o DF, pelo seu pequeno tamanho. Mas há 22 estados em que a pós-graduação está fortemente concentrada na área da capital.

As exceções são, então, na ordem, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Podem dever-se ao fato de que dois deles (MG e RS) são os que mais instituições federais de ensino superior possuem, enquanto os demais são os que administram as universidades estaduais de melhor qualidade e com boa dispersão pelo respectivo território. Mesmo assim, esses estados contam com sub-regiões menos desenvolvidas, em termos de pós-graduação – não só as óbvias, como o Jequitinhonha mineiro, mas também outras bem menos evidentes, como as Baixadas Santista e Fluminense, que, em que pesem fatores positivos de variada ordem, contam com PGs ainda em número pouco suficiente para enfrentar os problemas e desenvolver as potencialidades da sub-região.

Renato Janine Ribeiro
Diretor de Avaliação da Capes